

Empreendedorismo institucional: o caso de Joaquim Murinho

Institutional entrepreneurship: the case of Joaquim Murinho

Larissa Rodrigues Vacari de Arruda¹

Resumo

Joaquim Murinho (1848-1911), ministro da fazenda no governo Campos Sales, sanou as finanças da República e foi também senador e empresário. Controlou a política do seu estado natal, o Mato Grosso, durante os anos de 1892 até 1911. Consideramos Joaquim um empreendedor institucional porque ele implementou alterações econômicas no país, instituiu reformas políticas em seu estado e institucionalizou o campo da medicina homeopática. O empreendedor institucional influencia e altera as instituições, utiliza seus elementos recombinando de formas incomuns em momentos oportunos, a fim de produzir mudanças. O presente trabalho pretende analisar a figura de Murinho como empresário institucional.

¹ Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, mestre em Ciência Política pela mesma universidade. Bacharel em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP. Email: larissa.vaccari@hotmail.com.

Palavras-chave: empresário institucional, neoinstitucionalismo, Joaquim Murinho.

Abstract

Joaquim Murinho (1848-1911), finance Minister in the Campos Sales' government, fixed the Republic finances and was senator and entrepreneur. Murinho controlled the politics in his home state in the years 1892-1911, when he died. We consider Murinho an institutional entrepreneur because he implemented economics alterations in Brazil, political alterations in his home state and also institutionalized the field of homeopathic medicine. Institutional entrepreneur influence and promote alterations in the institutions to produce changes. In this paper, we analyse Murinho as an institutional entrepreneur.

Keywords: institutionalentrepreneur, institucionalism, Joaquim Murinho.

Introdução

A Primeira República (1889-1930), momento marcado por instabilidades, especialmente em seus anos iniciais, foi o auge da trajetória de Joaquim Murtinho, proeminente político mato-grossense. Desde o Império Murtinho tentava se inserir na política, porém sem obter sucesso. Na última eleição imperial conseguiu ser indicado, contudo a proclamação da República o manteve fora de um cargo eletivo. Já na primeira eleição republicana, no entanto, Murtinho conseguiu ser eleito mesmo estando na oposição, sendo reeleito mais duas vezes.

Mesmo diante de disputas políticas entre civis e militares em torno do poder, Murtinho mobilizou seu grupo para dominar politicamente o estado de Mato Grosso, ao passo em que no Rio de Janeiro, capital federal, conseguiu uma indicação para o Ministério da Viação durante o governo do vice-presidente Manuel Vitorino (1896-1897) e, posteriormente, para o Ministério da Fazenda no governo de Campos Sales (1898-1902).

Consideramos Joaquim Murtinho um empreendedor institucional porque ele imprimiu mudanças tanto econômicas em nível nacional, como políticas em seu estado natal, o Mato Grosso, assim como também institucionalizou o campo da medicina homeopática no Brasil. O conceito de empresário institucional nasceu no seio da teoria Neoinstitucionalista nos anos 1980 com objetivo de sanar dois problemas dessa teoria: o da mudança e o da ação individual.

Nesse sentido, pretendemos analisar Joaquim Murinho como um empresário institucional. Para isso, é necessário adentrar, rapidamente, na Teoria Institucional, pois o conceito surgiu nesse campo. Ainda que relevantes, o trabalho não pretende apreender mais detidamente as discussões sobre a Teoria, bem como não problematizaremos as diferenças entre as escolas do Neoinstitucionalismo. Em seguida, tratamos da definição do conceito de suas abordagens, para depois estabelecermos algumas considerações sobre o papel de Joaquim Murinho como empresário institucional.

A teoria neoinstitucional

O Neoinstitucionalismo tem como referencial o antigo Institucionalismo e o Comportamentalismo. Até os anos 1940, o Institucionalismo era dominante na Ciência Política, sua tradição remonta à análise das constituições atenienses feita por Aristóteles. O viés institucional também foi utilizado por Locke, Montesquieu, pelos Federalistas e Tocqueville— quando ressaltou as instituições sociais como explicação da bem-sucedida Democracia americana. Durante o século XX, a Economia Política endossa seu peso, a Sociologia também faz seu uso através dos trabalhos de Durkheim (Peres, 2008).

Na Ciência Política, o Institucionalismo concentrou-se na análise das constituições, estabelecendo modelos prescritivos do “desenho institucional”. Porém, a abordagem perdeu eficácia explicativa ainda nos anos 1930, já que não elucidava os fenômenos do momento, como o nazismo e fascismo. Nesse sentido, outro modelo explicativo ganhou escopo: o Comportamentalismo.

O Comportamentalismo propunha uma análise empiricamente orientada e rigor conceitual, além de utilizar de forma pluralista as metodologias das outras ciências, de modo que a Ciência Política foi considerada uma ciência do comportamento. O auge do Comportamentalismo foi nos anos 1950, e a partir dos anos 1960 o Neoinstitucionalismo encarregou-se de criticá-lo, ganhando notoriedade na década de 1970. Combatiam a fragilidade da Ciência Política, já que a grande utilização de diversas metodologias de outras ciências não deixava nítidos os contornos.

O Neoinstitucionalismo também criticava o antigo Institucionalismo, sobretudo no que se refere à ausência de cientificidade. Assim, o Neoinstitucionalismo discordava das duas teorias que o antecederam: da ausência de cientificidade, do antigo Institucionalismo, e da ausência do contexto institucional, do Comportamentalismo.

Além das críticas, incorporou também elementos de ambas teorias. Do antigo Institucionalismo, herdou a centralidade nas instituições, argumentando sobre sua importância para o comportamento humano. Do Comportamentalismo, manteve o rigor metodológico e a orientação empírica da pesquisa.

O Neoinstitucionalismo não é uma corrente unificada. Para Hall e Taylor (2003), existem três vertentes: o Neoinstitucionalismo Sociológico, o Histórico e a Escolha Racional. Para o Institucionalismo da Escolha Racional, o contexto institucional explica a conduta dos atores racionais. As regras do jogo condicionam a ação dos indivíduos (Perissinotto, 2008). Segundo Peres (2008), as instituições interagem com preferências já dadas e

restringem as decisões. Tal abordagem focaliza as regras do jogo, excluindo a cultura, as crenças, os valores, a economia.

Já o Neoinstitucionalismo Histórico, de acordo com Césaris (2009), surge para se contrapor ao da Escolha Racional. A escola tenta “recombinar certos elementos do funcionalismo, do pluralismo e neomarxismo sob uma agenda de pesquisa histórica neweberiana e neotoquevilliana” (Césaris, 2009, p.63).

Segundo Hall e Taylor (2003), esta escola é mais complexa que a da Escolha Racional. Os institucionalistas históricos consideram o papel das instituições na vida política, mas raramente afirmam que estes são os únicos fatores, levando em conta a relação entre instituições e as ideias ou crenças.

Os autores do Neoinstitucionalismo Histórico, mais do que defender que a história importa, advogam pela análise de processos ao longo do tempo, objetivando, dessa maneira, tornar padrões visíveis e apontar seus impactos causais (Pierson e Skocpol, 2002), assim como têm em vista a forma com que as organizações e instituições se relacionam e, por sua vez, moldam processos ou interesses.

Para o Neoinstitucionalismo Sociológico, as instituições também moldam as preferências dos atores e consideram parte das instituições, além das regras, os símbolos, esquemas cognitivos e modelos morais, de modo que tal noção de instituições rompe a dicotomia instituição e cultura, e a cultura passa a ser vista como uma instituição.

Das três vertentes, a Sociológica tem uma abordagem mais complexa, quebrando dicotomias e incorporando as instituições informais. Esta vertente é significativa, sobretudo, para os estudos que analisam a política no Brasil, já que a informalidade tanto quanto as regras formais/ legais são cotidianas da dinâmica política. O Histórico também tem relevância no sentido de existirem poucos trabalhos que tentam tornar inteligíveis o processo político no decorrer do tempo, mostrando as limitações impostas pelas escolhas políticas do passado. E a *RationalChoice*, ainda que enfrente diversas críticas, contribui para questões como a gestão da incerteza e a estratégia, trazendo um avanço.

O conceito de empresário institucional

Os autores do Neoinstitucionalismo têm como eixo orientador das análises a crença que as instituições, sejam elas formais, culturais ou sociais, modelam o comportamento humano. Dessa maneira, mesmo que não ignorem a possibilidade de mudança, existe pouco espaço para que ela ocorra dentro de suas teorias.

Nesse sentido, contrapondo-se a um determinismo de que apenas as instituições modelam o indivíduo, alguns autores preocuparam-se em analisar como a ação individual pode empreender a mudança. O conceito utilizado por muitos teóricos foi o do empresário institucional.

DiMaggio formulou o conceito de empreendedor institucional na década de 1980, dentro da teoria Neoinstitucional Organizacional. Tentando responder

à pergunta sobre como nascem novas instituições, DiMaggio mostra como os agentes criam instituições ou delas se apoderam, tendo interesse em determinados arranjos, e para realizá-los, mobilizam recursos para criar ou transformar instituições.

Para a literatura, o empreendedor institucional pode ser tanto uma organização como um indivíduo, entretanto são escassos estudos sobre indivíduos como empresários institucionais (Avrichir e Chueke, 2011). “Os empreendedores institucionais podem ser definidos como atores que possuem interesses em determinados campos emergentes e são capazes de mobilizar recursos suficientes para criar uma nova instituição ou transformar uma já existente” (Dimaggio, 1988 *apud* Avrichir e Chueke, 2011). Tais indivíduos ou organizações têm habilidade de construir campos ou reproduzi-los, através da capacidade de mobilizar as outras pessoas e formar uma coalizão política. São forças importantes para o desenvolvimento econômico, e trabalham na constituição das instituições de mercado (Avrichir e Chueke, 2011).

Avrichir e Chueke (2011) ressaltam que a bibliografia sobre o tema analisa quais as condições que organização/indivíduos teriam maior probabilidade de se engajar em processos de mudança. A posição social é um fator chave para o empreendedorismo, também contam interesse em empreender mudanças e possuir recursos suficientes para alterar a proposta dominante. Pessoas ou organizações com elevada posição social tendem a investir na manutenção do *status quo*, enquanto que organizações/indivíduos que ocupam posições menos centrais pouco têm a perder com mudanças e são menos privilegiados com os arranjos existentes. Dessa forma, é mais provável que a mudança

parta de organizações que não ocupam posição central no campo e de indivíduos que não tenham elevado *status* social.

Os autores também analisam um estudo sobre empreendedorismo institucional feito pelos chineses Li, Feng e Jiang (2006 *apud* Avrichir e Chueke, 2011). Os autores constroem conceitos para elucidar como os empresários institucionais atuam, e assinalam que o empreendedor institucional é uma pessoa inovadora que desconstrói e/ou cria instituições. Ele tem habilidades para lidar com agentes governamentais e com a opinião pública. Segundo os autores, há quatro abordagens utilizadas pelos empresários institucionais:

- 1) Advocacia aberta: defesa pública de mudança de leis ou regulamentos, através de declarações na mídia, fóruns etc.
- 2) Persuasão privada: argumentação privada junto aos tomadores de decisão.
- 3) Pleitear exceção: defender que sua ideia é um caso especial e deve ser tratada como um caso de exceção as regras.
- 4) Investimento *ex ante* com justificativa *ex post*: o empreendedor começa seu negócio desviando-se dos regulamentos, e depois, quando alcança o sucesso, gerando empregos e benefícios sociais, justifica sua ação anterior e tenta persuadir o governo a mudar regulamentos e regras para legitimar o seu comportamento. (Li, Feng e Jiang, 2006 *apud* Avrichir e Chueke, 2011).

O trabalho de Leca, Battilana e Boxenbaum (2008) levanta as publicações sobre os empresários institucionais desde 1988, e concluem que houve crescente aumento na utilização do conceito. As autoras, ao sistematizarem a análise sobre o empreendedorismo institucional, procuram demonstrar a explicação dada por esses estudos, de como os atores se tornam empreendedores institucionais apesar da coerção das instituições.

Segundo as autoras já citadas, alguns pesquisadores levantaram que os empresários institucionais tiveram condições favoráveis, dadas por conjunturas de crises, convulsões sociais, rupturas, descontinuidades que perturbam o consenso socialmente construído, contribuindo para a introdução de novas ideias. Outros estudos descreveram as características do campo que o empresário institucional se insere para entender quais campos são mais propícios à mudança. Heterogeneidade e a institucionalização facilitariam a ação do empreendedorismo institucional, várias ordens institucionais ou alternativas contribuiriam para a inovação. Quanto mais heterogêneos forem os arranjos institucionais mais provável existir incompatibilidade e contradições, considerados propícios para gerar mudanças.

Para Leca, Battilana e Boxenbaum (2008), a posição social do empreendedor institucional no campo é relevante, assim como foi analisado no trabalho de Avrichir e Chueke (2011). A posição social desses atores é a chave que pode gerar impacto na percepção dos demais atores sociais sendo assim, atores à margem do campo organizacional seriam mais propensos a agir como empresário institucional, embora existam casos de empreendedores institucionais no centro do campo.

Alguns estudos também destacam a importância das qualidades individuais dos empreendedores institucionais. Seriam pessoas socialmente habilitadas, no sentido de que suas ações incorporam uma identidade coletiva, atendendo ao interesse de determinado grupo, ou seja, as habilidades sociais os distinguem. Os empresários institucionais de sucesso tendem a ser atores com altos níveis de capital social.

Desse modo, atores no centro do campo teriam a seu favor a autoridade formal, um recurso útil para os empreendedores institucionais. Autoridade formal refere-se à legitimidade reconhecida do ator com o direito de tomar decisões (Phillipset *al.*, 2000, p. 33). A autoridade do Estado (Dimaggio e Powell, 1983) e a autoridade conferida pela posição oficial são autoridades formais, e podem ajudar os empreendedores institucionais a promover o reconhecimento de seu discurso por outros atores.

Outra contribuição para a discussão, feita por Crouch (2005), apropria-se do conceito para criticar o Neoinstitucionalismo e enfatizar a ação individual na mudança. Para o autor, o Neoinstitucionalismo cai em um determinismo das instituições, assim os indivíduos mais parecem estar em uma gaiola de ferro onde nada podem fazer. Contra o determinismo Neoinstitucional, Crouch pretendeu em seu livro fornecer uma base teórica para analisar como os atores sociais inovadores fazem algo semelhante para as instituições, ou seja, como o indivíduo também altera as instituições.

Tais atores sociais Crouch chama de empresários institucionais, pois sua atuação através das instituições ocorre da mesma maneira que um empresário

comum agiria diante de uma oportunidade de negócio. Procuram constantemente maneiras de fazer coisas que, até então, foram impossíveis, e utilizam elementos das instituições recombinaos com formas incomuns em momentos oportunos a fim de produzir mudanças.

Crouch se apropria do que considera um avanço realizado pela teoria: o destaque nas instituições e como estas modelam a ação humana, mas defende também o desenvolvimento de uma teoria que possibilite a ação individual, assim como a mudança institucional.

Joaquim Murinho um empresário institucional

Joaquim Murinho nasceu em Cuiabá, Mato Grosso, filho do médico José Antônio Murinho. Aos 13 anos foi estudar no Rio de Janeiro e não retornou à sua terra natal. Formou-se em medicina e foi professor e catedrático da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Em 1890, elegeu-se senador pelo Mato Grosso, cargo que exerceu por mais duas vezes. Foi duas vezes ministro de Estado, na pasta da Indústria, Viação e Obras públicas durante o governo do vice-presidente Manuel Vitorino (1896-1897), e da Fazenda, no governo de Campos Sales (1898-1902). Além de estadista, foi também um empresário no Mato Grosso, detinha ações da Companhia Mate Laranjeira, que atuava na extração da erva mate, e no Rio de Janeiro, foi dono da Companhia Ferro Carril Carioca, concessionária dos serviços de bondes. Teve participação assídua na criação do Banco Rio e Mato Grosso.

Acreditamos que Joaquim foi um empresário institucional por ser o responsável de três rupturas: 1) a institucionalização da medicina homeopática em detrimento da medicina alopática; 2) a formulação do equilíbrio das finanças brasileiras; e 3) a alteração do domínio oligárquico no Mato Grosso: os Murtinho tiveram predomínio entre 1892-1911.

1. Medicina homeopática- Joaquim foi curado pela homeopatia enquanto cursava Engenharia, e depois disso, decidiu cursar medicina em 1779. Tinha contato com as obras de Samuel Hahnemann, fundador da homeopatia. Formou-se em Ciências Físicas e Naturais em 1870, e dois anos depois começou a lecionar na Escola Central. Em 1873 obteve o título de doutor em medicina, defendendo a tese de orientação homeopática. Foi nomeado Catedrático da cadeira de Zoologia em 1875 na Escola Politécnica (antiga Escola Central). Em 1882, teve parecer negativo da Congregação da Faculdade de Medicina sobre a incorporação de duas cadeiras de medicina homeopática na faculdade, o que foi uma grande decepção (Faria, 1993; Tardelli, 2005).

Murtinho contestou o parecer negativo sobre a incorporação da cadeira de medicina homeopática no Jornal do Comércio, discutindo através de jornais com o Imperador. Murtinho era fundador do Instituto Hahnemanniano do Brasil, e o instituto encarrega Murtinho de divulgar na imprensa três artigos por mês em jornal de grande circulação. As polêmicas sobre a homeopatia deixaram o médico cuiabano famoso.

A médica homeopata Tardelli (2005) tratando da história da homeopatia no Brasil, afirma que o período de 1882 a 1900 foi um período de resistência, atribuindo essa resistência exclusivamente a Murтинho. O período de 1900 a 1930 foi o período áureo da homeopatia no Brasil. Em 1904 foi criada a cadeira para ensino da homeopatia na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, Murтинho é eleito presidente do Instituto Hahnemanniano do Brasil.

Joaquim Murтинho foi um dos renomados médicos de seu tempo, e entre seus clientes estavam presidentes, senadores, deputados etc. Podemos concluir que o prestígio que teve como médico, somado às considerações de Tardelli (2005) sobre o momento auge da homeopatia, fez de Joaquim Murтинho peça fundamental na institucionalização da medicina homeopática no Brasil, que de desprestigiada passou a ganhar parcela significativa da preferência dos pacientes.

Notamos que Joaquim utilizou da estratégia de advocacia aberta nesse caso conforme Li, Feng e Jiang(2006) formularam, pois utilizou a imprensa para defesa pública da mudança de leis e regulamentos e lutou pela cadeira de medicina homeopática na Faculdade de Medina, assim como pelos privilégios que o Imperador dava aos alopatas. Escreveu no Jornal do Comércio defendendo a homeopatia e acusou o Imperador de privilegiar a alopatia. Alcançando seu objetivo de divulgar a homeopatia, tornou-se médico de prestígio em seu tempo, e viveu o auge da homeopatia.

2. Equilíbrio das finanças brasileiras -Murtinho defendeu o liberalismo econômico e o conservadorismo monetário. Desde o final do Império havia um debate entre os metalistas e os papelistas: os primeiros defendiam que a política monetária deveria ser contracionista, reduzindo a moeda e o crédito. Os papelistas, ao contrário, defendiam que a economia precisava de liquidez e crédito, e deveria existir expansão da moeda e do crédito. Os papelistas não tinham base teórica, e sua defesa era feita de forma intuitiva, de forma que foram presas fáceis para os metalistas, que se baseavam em David Hume e David Ricardo, cujo argumento era favorável à implementação do padrão-ouro. Os papelistas Barão de Mauá, Rui Barbosa e Vieira Souto encontraram dificuldades com a predominância do padrão-ouro porque a República Oligárquica foi o apogeu do conservadorismo monetário. Atualmente são considerados pioneiros e causam grande admiração, e dentre os metalistas podemos citar Rodrigues Alves, Joaquim Murtinho e Leopoldo Bulhões (Franco, 2011)

Segundo Debes (1977), a escolha de Murtinho para o Ministério da Fazenda decorre da identificação liberal com o presidente Campos Sales. Desde a época em que Rodrigues Alves estava na pasta, durante o governo de Prudente de Moraes, já haviam negociações com os ingleses para obtenção de empréstimos na Inglaterra. Campos Sales e Murtinho vão a Londres discutir os detalhes do *Funding Loan*, que reestruturou a dívida pública através de empréstimos, para isso o governo brasileiro deveria cumprir severas medidas de saneamento fiscal e financeiro.

Em três anos o governo “saldaria seus compromissos relativos a juros dos empréstimos federais anteriores ao funding com títulos de um novo empréstimo – *fundingloan*–(...) a emissão poderia se elevar a 10 milhões de libras” (Franco, 1990, p.27). Murtinho executou o plano com rigor, e a receita foi aumentada através dos impostos sobre consumo e direitos alfandegários. Houve contenção de despesas e deflação profunda devido à grande retirada da moeda de circulação – em 1898 ocorre redução de 6%, e em 1903 são retirados 13% da moeda em circulação (Franco, 1990).

Segundo Carone (1970), o *FundingLoan* representou a interferência do capitalismo estrangeiro nas finanças brasileiras, sendo também a contenção monetária favorável aos importadores e ao capitalismo estrangeiro. O governo Campos Salles foi bastante impopular, os preços dos produtos populares foram encarecidos, contudo Joaquim Murtinho implementou a política econômica que, mesmo sofrendo forte oposição, institucionalizou o equilíbrio financeiro brasileiro.

3. Domínio oligárquico no Mato Grosso - No âmbito local, Murtinho também imprimiu mudanças no seu estado natal, através de suas alianças retirou do poder qualquer oligarquia que pudesse fazer sombra – o que resultou no ostracismo político de Generoso Ponce em 1899 e Antônio Paes de Barros em 1906 – e comanda a política de 1892 até 1911. Para isso, Murtinho, por inúmeras vezes, utilizou a estratégia de empreendedores institucionais de persuasão privada e de pleitear exceção que, conforme já citado, consiste na argumentação privada junto aos tomadores de decisão, e

também na tentativa de argumentar que o seu caso é digno da exceção à regra.

Murtinho conseguiu inúmeros benefícios, logo, sua “estratégia política privilegiava doutrinar, influenciar e formar opinião daqueles que detinham o poder e o controle sobre a economia do mundo real, e estes, por sua vez, reagiam pressionando os parlamentares” (Faria, 1993,p.235). Do contato com políticos conseguiu intervir no seu estado e beneficiar seus parentes e suas empresas. Conseguiu com Deodoro da Fonseca a demissão em 1890 do presidente do Mato Grosso, Antônio Maria Coelho², além de concessões privilegiadas de estradas de ferro para seus dois irmãos (Faria, 1993).

Em 1899 obtém do presidente Campos Sales a prerrogativa de decidir sobre os assuntos mato-grossenses, pois executava importante medida para o governo federal como ministro, de modo que o presidente contrariou a “Política dos Governadores”, criada por ele mesmo. De acordo com apolítica, o presidente da República deveria apoiar a maioria política formada nos estados. Nesse ano, no estado do Mato Grosso, a maioria concentrava-se em torno de Generoso Ponce. Para livrar-se de seu opositor político, Murtinho conquista a exceção à regra eo resultado das eleições não foi mantido.

² Podemos afirmar que era uma relativa influência, não decisiva. A da demissão do general Antônio Maria Coelho do governo de Mato Grosso, enquanto o grupo ligado a Murtinho estava na oposição não veio nas primeiras tentativas, só ocorreu depois que Deodoro tomou conhecimento dos atos irregulares como prisões e demissões para perseguir opositores (Corrêa Filho, 1969, p. 584).

No período de 1892 a 1911 se elegeram presidente do estado os nomes que antes foram aprovados por Murinho, assim como os candidatos para o Senado e Câmara Federal do Mato Grosso (Ponce Filho, 1952). Indicou também nomeação de juizes no estado (Lins, 2010) e apoiou grupos armados para a manutenção de seu poder. Entretanto, ao contrário da obra de Faria (1993), não acreditamos que os acontecimentos de Mato Grosso se devam única e exclusivamente à vontade de Joaquim Murinho. No estado existiam complexas configurações locais, às quais Murinho teve tempo todo que se articular. Ainda assim, no entanto, Murinho foi figura central no período.

Conclusão

O nascimento, influências, críticas e debates da Teoria Neoinstitucional foram recuperados tendo em vista que o conceito mobilizado continha intrínseca relação com a teoria que está inserida, pois o conceito de empreendedor institucional é uma crítica à teoria Neoinstitucional. Conforme foi exemplificado, cada um dos Neoinstitucionalismos desenvolve-se baseado no postulado de que as instituições moldam, constroem o comportamento dos indivíduos. O conceito de empresário institucional procura resolver o problema do determinismo das instituições que engessam a ação individual e também elucidar como ocorrem mudanças em um contexto institucional. O empresário institucional é a organização ou o indivíduo que, de uma forma incomum e inovadora, utiliza as instituições criando rupturas e, assim, novos campos, nos quais tem interesses.

Joaquim Murinho foi um empresário institucional por ser responsável por

rupturas, criando novos campos – novo equilíbrio financeiro nacional, nova política hegemonia no Mato Grosso, ascensão da medicina homeopática. Ressaltamos que a mudança empreendida por Murtinho teve importante participação de outras pessoas e fatores, tais como, no campo econômico, a contribuição de Rodrigues Alves e de Campos Salles; no Mato Grosso, existia um equilíbrio, mesmo que conflituoso, com a oligarquia Ponce; na medicina, o apoio dos militares e a Revolta da Vacina.

Cumpramos aqui delimitar o papel de Murtinho como empreendedor institucional, seja na economia, na política ou na carreira médica. Como executor da política econômica, sanou as finanças brasileiras, política que tinha coerência com as ideias liberais de Murtinho e Campos Salles. Na medicina, seu papel de defensor da homeopatia obteve grande notoriedade. E, em seu estado natal, foi figura central que causou admiração entre seus conterrâneos, nomeando ainda hoje, tanto no Mato Grosso quanto em Mato Grosso do Sul, escolas, ruas etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRICHIR, Ilan; CHUKE, Gabriel V. “Empreendedorismo institucional: uma análise de caso no setor de energia elétrica brasileiro“. *RAM–Revista de Administração Mackenzie*, v. 12, nº. 6, Edição especial, 2011, pp. 140-164.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

CARONE, Edgar. *A República Velha (instituições e classes sociais)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1970.

_____. *A Primeira República (1889-1930)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

CÉSARIS, Luis Henrique U. *Reconceituando o institucionalismo histórico: path dependence, agência e mudança institucional*. Dissertação (mestrado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CROUCH, Colin. *Capitalist diversity and change: recombinant governance and institutional entrepreneurs*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

DEBES, Célio. *Campos Salles: perfil de um estadista*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 2007.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Joaquim Murinho*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1951

FARIA, Fernando Antônio. *Os vícios da República: negócios e poder na passagem do século XX*. Rio de Janeiro: Notrya Editora, 1993.

FIALHO, Fabrício Mendes. “As múltiplas definições do conceito de capital social”. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 65, 2008, pp. 71-87.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. “A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, nº 35, 1997. Disponível

em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 de abril de 2013.

FRANCO, Gustavo H. B. “A economia da República Velha (1889-1930)”. *Departamento de Economia da PUC*, nº 588, 2011. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td588.pdf>>. Acesso em 30 de abril de 2013.

_____. “Aprimeira década republicana”. In: ABREU, Marcelo P.(Org.), *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. “As três versões do neoinstitucionalismo”. *Lua Nova*, nº 58, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 30 de abril de 2013.

LECA, Bernard; BATTILANA, Julie; BOXENBAUM, Eva. “Agency and institutions: a review of institutional entrepreneurship”. *Academy of Management Annals*, v. 3, 2009, pp. 65-107.

LESSA, Renato. *Horizontes das ciências sociais no Brasil: ciência política*. São Paulo: Discurso Editorial/Barcarolla. 2011.

LINS, Antônio Lopes. *Eduardo Olímpio Machado: O homem, o meio, seu tempo*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul, 2010.

MENDONCA, Patricia Maria Emerenciano de; ALVES, Mario Aquino; CAMPOS, Luiz Claudio. “Empreendedorismo institucional na emergência do campo de políticas públicas em HIV/aids no Brasil”. *RAE eletrônica*, v. 9, nº 1, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482010000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28 de abril de 2013.

PERES, Paulo Sérgio. “Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neoinstitucionalismo da ciência política”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.23,nº 68, 2008, pp. 53-192.

PERISSINOTTO, Renato M. “Dossiê ‘elites políticas’”. *Revista de Sociologia e Política*, v.6, nº 30, 2008,pp.7-15.

PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1952.

TARDELLI, Fabiana Cardoso. “Monteiro Lobato e a homeopatia”. Trabalho apresentado no *I Congresso Paulista de História da Medicina Pesquisa Homeopática*, v. 20, nº 1, 2005. Disponível em: <<http://lamasson.com.br/biblioteca/biblioteca/pesquisa/homeopatica/artigo02n1lobato.html>>. Acesso em 31 de abril de 2013.

Recebido em: 04/11/2015

Aprovado em: 07/02/2016